

**ATA Nº 018/2026**  
**CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, participaram da reunião virtual o Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA e os seguintes membros do Conselho Superior de Administração: RUBIA CRISTINA SECUNDINO, FRANCISCO MIGUEL SOARES, THIAGO AZEVEDO PINTO (Suplente), RUBENS CARRILHO, CARLOS MAGNO ZANOTTI MEIRELLES, MARIA HELENA ALVES OLIVEIRA, JORGE DA CONCEIÇÃO GOMES E MARCOS DA SILVA GONÇALVES e secretariando, JULIA WAISSBERG.

O Presidente Heitor Pereira Moreira abriu a reunião contextualizando o censo previdenciário, destacando que a Autarquia passou cerca de dez anos sem a realização do recadastramento, apesar da recomendação de periodicidade mais curta, especialmente no âmbito das exigências do Pró-Gestão RPPS.

Ressaltou que a efetiva atualização cadastral ocorreu de forma mais expressiva a partir da adoção de medidas de bloqueio de benefícios, elevando o índice de regularização de menos de 50% para patamar superior a 95% entre os segurados ativos.

Reconheceu, contudo, dificuldades operacionais enfrentadas no período, especialmente relacionadas à limitação da capacidade de atendimento presencial, o que gerou demanda reprimida e manifestações de insatisfação por parte de segurados e entidades representativas.

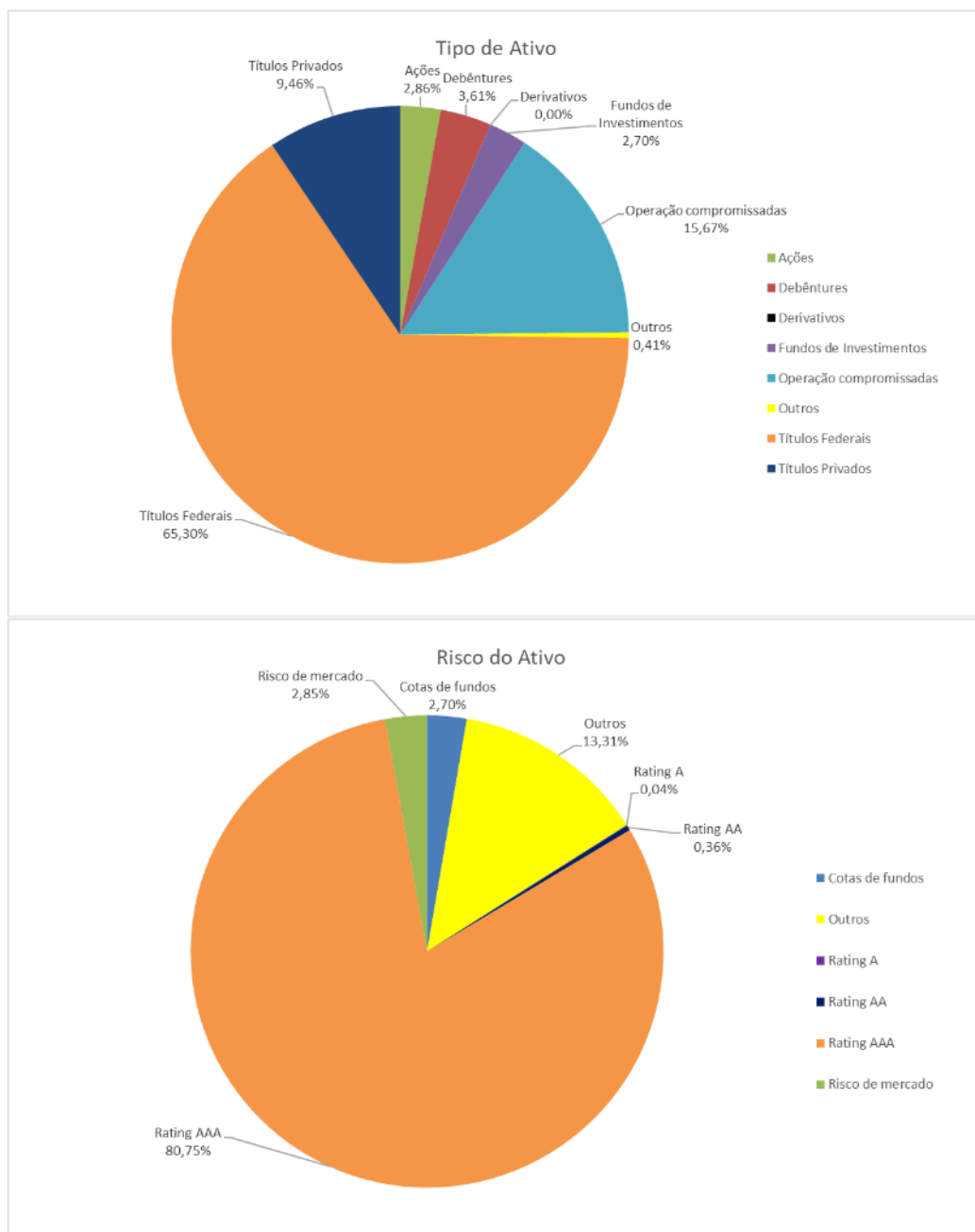
Como encaminhamentos, destacou a reestruturação em curso do setor de atendimento, a contratação de apoio especializado, as tratativas para nova sede administrativa e a realização de reunião com associações para aprimoramento dos fluxos, com ênfase nos procedimentos de bloqueio de benefícios e seus impactos.

Na sequência, foi informado que o Relatório de Governança Corporativa foi previamente encaminhado aos conselheiros, sendo ressaltada a necessidade de manifestação formal de ciência por e-mail, para fins de atendimento às exigências do Pró-Gestão RPPS.

**Relatório de Diligências – 2º Semestre de 2025:**

Iniciando a pauta deliberativa, foi apresentada a análise do Relatório de Diligências referente ao 2º semestre de 2025, destacando-se tratar de exigência do Pró-Gestão RPPS, com o objetivo de avaliar de forma detalhada a composição dos ativos que integram a carteira de investimentos da Autarquia.

Foi esclarecido que a carteira mantém perfil conservador, com predominância de títulos públicos federais, seja por meio de aplicações diretas ou via fundos de investimento, além de exposição a ativos de crédito privado de elevada qualidade e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, conforme demonstrado na análise apresentada.



Destacou-se, ainda, a avaliação específica dos fundos imobiliários BTG Hospitalidade e SPX Logística, no contexto da estratégia de diversificação da carteira, sendo ressaltada sua relevância dentro da parcela de renda imobiliária e a necessidade de acompanhamento contínuo de seus indicadores de desempenho e composição de ativos.

Foram prestados esclarecimentos quanto às limitações operacionais relacionadas à identificação detalhada de ativos, decorrentes de restrições dos sistemas utilizados e de normas aplicáveis ao mercado, especialmente no caso de fundos de ações, que podem apresentar defasagem na divulgação da composição de suas carteiras, bem como gerar a classificação residual de determinados ativos.

Durante os debates, o Conselheiro Thiago Azevedo questionou a composição da categoria “outros”, solicitando esclarecimentos sobre os ativos nela incluídos e se haveria exposição a ativos de maior risco não devidamente identificados. Em resposta, foi

esclarecido que tal categoria pode englobar tanto ativos de menor rating permitido dentro da política de investimentos quanto títulos públicos que não foram corretamente classificados pelos sistemas, não representando, necessariamente, deterioração da qualidade da carteira, mas sim limitações técnicas de identificação.

Na sequência, o Conselheiro Jorge da Conceição Gomes manifestou preocupação quanto ao nível de transparência de determinados fundos, especialmente aqueles com divulgação diferida de sua composição, questionando se tal característica não comprometeria a análise adequada dos riscos assumidos pela carteira. Em resposta, foi esclarecido que tais limitações decorrem da própria regulamentação do mercado de capitais, especialmente aplicável a fundos de renda variável, não constituindo impedimento para investimento, sobretudo diante da necessidade de manutenção da diversificação da carteira.

Foi reforçado ainda que a exposição à renda variável e a determinados fundos imobiliários integra a estratégia de diversificação da carteira, visando equilíbrio entre risco e retorno, dentro dos limites estabelecidos pela política de investimentos.

Após os esclarecimentos e debates, o Relatório de Diligências foi colocado em apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

### **Relatório da Carteira de Investimentos – Março de 2026**

Na sequência, o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente ao mês de março de 2026 foi apresentado pelo Diretor Lucas José Lopes Paz, que iniciou contextualizando o cenário macroeconômico, destacando a elevação das expectativas de inflação, atribuída principalmente ao aumento do preço do petróleo em decorrência de tensões geopolíticas internacionais, incluindo conflitos que impactaram cadeias globais de suprimento e custos logísticos. Ressaltou que o IPCA apresentou aceleração no período, acompanhada de aumento do índice de difusão, indicando maior disseminação das pressões inflacionárias entre os diferentes grupos de consumo.

No mercado de renda variável, foi informado que o mês apresentou desempenho negativo, influenciado pelo cenário internacional adverso, embora tenha sido observado fluxo relevante de capital estrangeiro para o mercado brasileiro. O Diretor destacou que esse movimento pode ser interpretado como sinal positivo para o médio e longo prazo, considerando que investidores institucionais estrangeiros tendem a antecipar ciclos de valorização. Tal leitura foi reforçada pelo Presidente Heitor Pereira Moreira, que acrescentou que a entrada consistente de capital externo indica manutenção da atratividade relativa dos ativos brasileiros no cenário global.

Em relação aos resultados da carteira, foi informado que o patrimônio ultrapassou o montante de R\$ 2,7 bilhões, com rentabilidade de 1,05% no mês de março. No acumulado do exercício, a carteira apresentou desempenho superior à meta atuarial, alcançando 111,62% da meta atuarial estabelecida.

Durante os debates, o Conselheiro Carlos Magno Zanotti Meirelles solicitou esclarecimentos sobre os valores de rendimento apresentados, sendo informado pelo Diretor que o montante de aproximadamente R\$ 94 milhões corresponde ao resultado acumulado dos três primeiros meses do ano, e não a performance isolada de um único mês. Na sequência, o mesmo conselheiro questionou o funcionamento dos títulos

públicos indexados à inflação (NTN-B), sendo esclarecido pelo Diretor que tais ativos possuem remuneração composta por variação do IPCA acrescida de taxa de juros prefixada, o que os torna instrumentos de proteção da carteira em cenários inflacionários. A Conselheira Maria Helena Alves Oliveira manifestou preocupação quanto às oscilações negativas observadas em determinados investimentos, especialmente em fundos estruturados, destacando o impacto nominal dessas variações. Em resposta, o Presidente Heitor Pereira Moreira esclareceu que oscilações de curto prazo não configuram perda efetiva, a qual somente se concretiza no momento do resgate dos ativos, sendo tais variações inerentes à dinâmica dos mercados financeiros.

O Diretor complementou informando que esses fundos operam com ciclos naturais de valorização e desvalorização, sendo comum a recuperação de resultados em períodos subsequentes, inclusive citando exemplo de ativo que, após desempenho negativo em março, já apresentava recuperação no mês seguinte.

Ainda no debate, a Conselheira questionou a comparação entre o desempenho da carteira institucional e investimentos pessoais, sugerindo que resultados semelhantes poderiam ser obtidos com estratégias menos complexas. O Diretor esclareceu que a carteira da Autarquia deve ser avaliada exclusivamente à luz da meta atuarial, que reflete as obrigações previdenciárias de longo prazo, especialmente a necessidade de preservação do poder de compra dos benefícios.

O Presidente reforçou esse entendimento, destacando que a gestão dos investimentos é orientada por horizonte de longo prazo, com equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, sendo inadequada a análise baseada em oscilações de curto prazo. Ressaltou ainda que momentos de desvalorização podem representar oportunidades de alocação em ativos a preços mais atrativos, dentro de uma estratégia consistente de investimento.

Por fim, o Conselheiro Thiago Azevedo observou que eventos geopolíticos, como conflitos internacionais, geram impactos temporários nos mercados, reforçando a importância de interpretar tais movimentos dentro de uma perspectiva mais ampla, na qual oscilações negativas tendem a ser revertidas ao longo do tempo, conforme já observado em ciclos anteriores.

Encerradas as manifestações e esclarecimentos, o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos foi colocado em apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

### **Encerramento**

Por fim, o Presidente Heitor Pereira Moreira apresentou considerações acerca do novo manual do Pró-Gestão RPPS, destacando que, para a obtenção do nível IV de certificação, a Autarquia será avaliada em 24 itens, mas que, em razão do desempenho alcançado no índice de situação previdenciária, especialmente no critério de gestão e transparência, há possibilidade de tolerância no descumprimento de um desses itens, o que confere maior segurança quanto à obtenção da certificação pretendida.

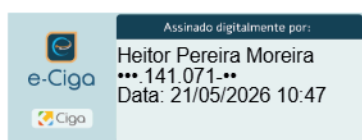
Na oportunidade, o Presidente também ressaltou que a obtenção do nível IV é estratégica para a Autarquia, tendo em vista que a certificação amplia as possibilidades de alocação

de recursos e pode trazer benefícios financeiros relevantes decorrentes da diversificação de investimentos.

Durante esse momento, a Conselheira Maria Helena Alves Oliveira questionou se haveria alguma atribuição específica dos membros do Conselho no processo de certificação, sendo esclarecido pelo Presidente que, naquele momento, não havia demanda direta aos conselheiros, mas que eventuais necessidades seriam oportunamente comunicadas.

Registrou-se, ainda, que o Presidente reforçou a necessidade de envio, pelos conselheiros, de manifestação formal de ciência acerca do Relatório de Governança Corporativa previamente encaminhado, a fim de atender às exigências de comprovação junto ao Pró-Gestão RPPS.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, destacando a relevância das contribuições apresentadas ao longo da reunião, e declarou encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata.



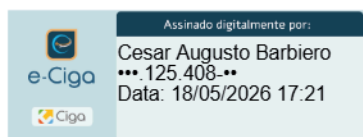
**Heitor Moreira Pereira**  
Presidente da Niterói Prev



**Rubia Cristina Secundino**  
Representante da SMA



**Francisco Miguel Soares**  
Representante da PGM



**Cesar Augusto Barbiero**  
Representante da SMF



**Rubens Carrilho**  
Representante do Poder Legislativo



**Maria Helena Alves Oliveira**  
Membro Eleito – Representante dos Servidores Efetivos Ativos

**Carlos Magno Zanotti Meirelles**  
Membro Eleito – Representante dos Servidores Efetivos Ativos

**Jorge da Conceição Gomes**  
Membro Eleito – Representante dos Servidores Inativos e Pensionistas

**Marcos da Silva Gonçalves**  
Membro Eleito – Representante dos Servidores Inativos e Pensionistas

